



Os desafios enfrentados pelos professores frente a uma proposta de reintegrar pela educação pessoas privadas de liberdade no município de Viçosa -MG

Moreira, Luana Rosa – luarosamoreira2409@gmail.com

Toledo, Gilson Soares - gilson.soares.toledo@gmail.com

Curso de Pedagogia Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá Ubá - MG/dezembro/2024

Resumo

A educação no cárcere, mesmo sendo importante fator que contribui para a transformação social, enfrenta muitos entraves para sua oferta como: precária infraestrutura dos presídios, poucos profissionais habilitados, escassez de material didático adaptado às condições dos reeducandos e, sobretudo, a falta de cursos profissionalizantes que oferecem capacitação aos professores para trabalhar em presídios. Diante do exposto, coube investigar: quais são as dificuldades enfrentadas pelos professores para ofertar uma educação de qualidade capaz de reinserir os jovens e adultos privados de liberdade na sociedade? Para responder a esse questionamento, este estudo teve como objetivos: identificar as dificuldades que comprometem o desempenho do trabalho exercido pelos docentes que lecionam para indivíduos privados de liberdade; registrar suas metodologias, descrever os recursos e condições em que estes trabalham, refletir sobre os programas educacionais ofertados pelos governos que contemplem a população prisional; analisar sobre a importância do pedagogo e da educação no processo de reinserção dos presos dentro da sociedade. Nesse sentido, acredita-se que a dificuldade dos professores seja ofertar uma educação de qualidade dentro do cárcere, diante da negligência para com os indivíduos privados de liberdade. Nesse contexto, considera-se importante esta pesquisa para refletir sobre as barreiras enfrentadas pelos professores que lecionam no cárcere. Notadamente, percebe-se que esta modalidade de ensino tem sido negligenciada pelo Estado. Como metodologia, foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados, sendo um questionário direcionado aos professores da escola que funciona no presídio e da instituição privada que oferta a EJA para indivíduos privados de liberdade e uma entrevista semiestruturada direcionada à diretora da instituição privada e do presídio e também à supervisora do presídio. O questionário contou com 13 perguntas fechadas e 9 abertas e foi disponibilizado através do *Google Forms*. A análise permitiu concluir que o contexto prisional tem suas particularidades, e para ofertar uma educação de qualidade, os professores precisam superar questões como a falta de material didático, recursos adaptados e um currículo voltado ao contexto prisional. Além desses aspectos observados, atualmente, não existe uma capacitação adequada ou treinamento para os docentes atuarem com as pessoas privadas de liberdade, permanecendo comprometido o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras – chave: A educação no cárcere. Jovens e adultos privados de liberdade. Professores

Abstract

Education in prisons, despite being an important factor in social transformation, faces many obstacles to its provision, such as poor prison infrastructure, few qualified professionals, a scarcity of teaching materials adapted to the conditions of inmates, and a lack of professional training courses that prepare teachers to work in prisons. Thus, this investigation was needed: what are the challenges teachers face in providing quality education capable of reintegrating young people and adults deprived of liberty into society. To achieve this, the study aimed to identify the difficulties that compromise the performance of teachers working with individuals deprived of liberty, record their methodologies, describe the resources and conditions in which they work, reflect on the government educational programs offered to the prison population, and analyze the importance of educators and education in the reintegration process of prisoners into society. In this regard, teachers encounter challenges in delivering quality education in prisons due to the neglect shown towards those deprived of their liberty. This research is significant as it reflects on the barriers faced by teachers in prisons, highlighting that this type of education has often been neglected by the state. The methodology utilized two data collection instruments: a questionnaire

directed at teachers from the school operating in prison and from the private institution that offers EJA for individuals deprived of liberty, along with a semi-structured interview directed at the director of the private institution and the prison, as well as the prison supervisor. The questionnaire comprised 13 closed-ended and 9 open-ended questions and was made available via Google Forms. The analysis demonstrated that the prison context has its unique characteristics, and to provide quality education, teachers must overcome issues such as the lack of teaching materials, adapted resources, and a curriculum focused on the prison context. Furthermore, there is insufficient training or qualification for teachers working with people deprived of their liberty, thus undermining the teaching-learning process.

Keywords: Education in prison. Young people and adults deprived of their liberty. Teachers

Introdução

Nesta pesquisa, empenhou-se por evidenciar as dificuldades enfrentadas pelos professores, numa educação de qualidade capaz de reintegrar o indivíduo privado de liberdade, no município de Viçosa-MG. Observou-se que a educação no cárcere, mesmo sendo importante contribuição para a transformação social, enfrenta muitos entraves para sua oferta, como por exemplo: precária infraestrutura dos presídios, poucos profissionais habilitados, escassez de material didático adaptado às condições dos reeducandos e, sobretudo, a falta de cursos profissionalizantes que oferecem capacitação aos professores para trabalhar em presídios.

Nesta perspectiva, Silva e Moreira (2011) afirmam que a educação no cárcere não é tratada com a valorização e importância devida, uma vez que na formação inicial de professores não é comum a utilização de metodologias pensadas para preparar o profissional e capacitá-lo para atuar nos presídios. Justificam ainda que, lecionar para indivíduos privados de liberdade, tem sido uma opção pouco comum aos professores no início de carreira. Quando escolhem esta atividade é porque, muitas, não encontram vagas na rede regular de ensino.

Diante do exposto, coube investigar: quais são as dificuldades enfrentadas pelos professores para ofertar uma educação de qualidade capaz de reinserir os jovens e adultos privados de liberdade na sociedade?

Para responder a esse questionamento, este estudo teve como objetivos: identificar as dificuldades que comprometem o desempenho do trabalho exercido pelos docentes que lecionam para indivíduos privados de liberdade; registrar suas metodologias, descrever os recursos e condições em que estes trabalham, refletir sobre os programas educacionais ofertados pelos governos que contemplem a população prisional; analisar sobre a importância do pedagogo e da educação no processo de reinserção dos presos dentro da sociedade. Nesse sentido, acredita-se que a dificuldade dos professores seja ofertar uma educação de qualidade dentro do cárcere, diante da negligência para com os indivíduos privados de liberdade. Nesse contexto, considera-se importante esta pesquisa para refletir sobre as barreiras enfrentadas pelos professores que lecionam no cárcere. Como metodologia, foram utilizados dois instrumentos

de coleta de dados, sendo um questionário direcionado aos professores da escola que funciona no presídio e da instituição privada que oferta a EJA para indivíduos privados de liberdade e uma entrevista semiestruturada direcionada à diretora da instituição privada e do presídio e também à supervisora do presídio. O questionário contou com 13 perguntas fechadas e 9 abertas e foi disponibilizado através do *Google Forms*.

Assis (2007) enfatiza que o Brasil lida com um abandono do sistema prisional. O que deveria ser uma oportunidade de ressocialização, na maioria dos casos, funciona como um depósito de seres inservíveis para a sociedade, devido à forma como o indivíduo é tratado pelo Estado e pela sociedade.

Nesse sentido, acredita-se que a dificuldade dos professores seja ofertar uma educação de qualidade, dentro do cárcere, diante da negligência do Estado para com os indivíduos privados de liberdade, a falta de investimentos, de recursos e capacitação dos professores para lecionar dentro dos presídios de forma adequada.

Diante do exposto, esta pesquisa torna-se relevante devido à necessidade de refletir sobre as barreiras enfrentadas pelos professores ao lecionarem no cárcere. Notadamente percebe-se que esta modalidade de ensino tem sido negligenciada pelo Estado. A educação no cárcere é um importante instrumento para a transformação social, pois contribui para a reinserção dos presos na sociedade, evidenciando um direito previsto na Constituição Federal.

Referencial Teórico

A prisão foi historicamente constituída com o intuito de conter as pessoas e puni-las uma vez que não havia pretensão de recuperar os indivíduos privados de liberdade e inseri-los na sociedade. Foucault (1997, p. 210) afirma que “[...] a prisão se fundamenta na privação da liberdade”. A liberdade, por sua vez, é um bem inerente a todos e perdê-la é um prejuízo também para todos.

No Brasil, a oferta de educação nos presídios torna-se efetiva e passa a ser garantida na legislação brasileira, em 1984, através da publicação da Lei de Execuções - LEP nº 7.210/84, art. 17 a 19 (Brasil, 1984), a qual prevê que a “assistência educacional” compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso.

Ainda na Constituição Federal de 1988, é assegurado o direito à educação nas prisões, constando como princípio “[...] a igualdade de condições para o acesso permanente à escola”

(Brasil, 1988, s/p). Neste sentido, a educação aos indivíduos privados de liberdade não é um benefício, mas um direito amparado legalmente. Sauer (2013, p. 318), destaca que

A prisão, em tese, representa a perda dos direitos civis e políticos. Suspensão, por tempo determinado, do direito de o interno ir e vir livremente, de acordo com a sua vontade, mas não implica, contudo, a suspensão dos seus direitos ao seu respeito, à dignidade, à privacidade, à integridade física, psicológica e moral, ao desenvolvimento pessoal e social, espaço onde se insere a prática educacional.

Ainda na Constituição Federal de 1988, no artigo 205, verifica-se que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, p. s/p).

No contexto prisional o ensino é responsável por proporcionar aos privados de liberdade o direito de uma formação cidadã digna, dando-lhes a oportunidade de vencer os estigmas deixados pelo cárcere, preparando-os e os encorajando para o retorno à sociedade. Nesse contexto, são concedidas aos indivíduos oportunidades para: conquistar uma melhor condição de vida, ingressar no mercado de trabalho com mais facilidade, progredir nos estudos e não se regredir à criminalidade e à violência.

A educação dentro dos cárceres contribui significativamente para a reinserção do preso na sociedade. Quanto mais o apenado se dedica à escola, mais acessa o conhecimento, e favorece efetivamente suas chances de voltar para o convívio em comunidade. Segundo Foucault (1987, p. 224) “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento, ela é a grande força de pensar”.

Garantir o acesso à educação aos presos, é possibilitar mudanças na vida destes indivíduos e ainda, resgatar sua autoestima. Dentro dos presídios, os detentos perdem também um pouco de si, porque neste ambiente eles não têm acesso à cultura. A este respeito, Goffman (1974 *apud* Onofre 2007, p. 13) afirma que pode ocorrer o “Desculturamento” ou “Destreinamento” quando o período de cumprimento da pena é muito longo. Neste caso, o indivíduo perde um pouco de sua cultura e personalidade tornando-se, muitas vezes, incapaz de desenvolver funções e situações da sua vida diária, após sair do ambiente de cárcere.

Onofre (2007, p. 19), enfatiza que ao chegar nas prisões o indivíduo é completamente despido de sua identidade, sendo desvinculado imediatamente de seus objetos pessoais e passa a seguir os parâmetros ditados pela própria instituição, as “regras da casa”, um conjunto

relativamente explícito e formal de prescrições e proibições, expondo as principais exigências quanto à conduta do internado.

Uma das dificuldades enfrentadas para propiciar uma formação digna aos indivíduos privados de liberdade é que, muitas vezes, os próprios reeducandos não reconhecem a devida importância da educação em seu processo de reinserção na sociedade. Sendo assim, vários são os motivos pelos quais eles são levados a frequentar as salas de aula dentro dos presídios. A respeito disso, Onofre (2007, p. 19), afirma:

Nesse sentido, a frequência às atividades escolares justifica desde o buscar passatempo, até a busca de um parecer positivo nos exames criminológicos que possibilite a sua saída da prisão. Mesmo não tendo consciência da função histórica da escola de seu papel na construção da cidadania, seu objetivo, ao frequentá-la, é “acatar as regras da casa”, visando buscar todas as alternativas possíveis para abreviar sua estada na unidade prisional ou a conseguir benefícios e ser encaminhado para os presídios semiabertos.

O ambiente carcerário, evidentemente, diferencia-se muito da sala de aula, onde os professores estão habituados a lecionar. Geralmente, a infraestrutura do presídio não é adequada para que os indivíduos privados de liberdade participem das aulas. A este respeito, Augusto (2024) aponta a precarização das salas de aula em alguns presídios do Brasil descrevendo que os professores lecionam em corredores dentro dos pavilhões utilizando materiais inadequados, por exemplo, pequenos quadros, como os de brinquedo. Outro fator apresentado diz respeito à insegurança dos docentes que atuam nos presídios, devido às diferenças comparadas a uma sala de aula do ensino regular. Segundo Onofre (2007, p. 24),

[...] o ambiente prisional é contraditório, a começar por sua arquitetura, que separa, esconde, afasta o condenado da sociedade, punindo-o e vigiando-o, enquanto fala de educação e reinserção social. O cotidiano das prisões mostra um ambiente carcerário, com seus valores, regras e práticas, como obstáculo à educação para a vida social livre, ao objetivo ressocializador da pena. Os meios contradizem os fins, levando a desconfiar, a duvidar de que se mandem pessoas à prisão para serem educadas.

Tal realidade reforça a percepção de que são inúmeros os entraves para se ofertar uma educação de qualidade dentro do sistema penitenciário. Nota-se ainda a falta de recursos e investimentos, bem como a estrutura mal adaptada de uma sala de aula na qual os privados de liberdade assistem às aulas. Ratke e Sousa (2016), afirmam que o Estado possui uma política de direito penal máximo, frente às grandes taxas de encarceramento e, ao mesmo tempo, apoia uma ideologia de ressocialização dos apenados para convencer a sociedade de que essa política solucionará os problemas do aumento dos índices de violência e criminalidade. Porém, não

contribui para que tal política seja implantada de forma eficiente, visto que a própria estrutura dos cárceres impossibilita a ressocialização do condenado. Por isso, o sistema prisional é considerado um grande desafio contemporâneo.

Diante dessa realidade, é também importante discutir sobre a falta de capacitação dos professores que atuam neste contexto, devido à ausência de formação teórica e prática para atuar em presídios. Andriola (2013) constata que há, de fato, considerável despreparo dos educadores. A formação acadêmica disponível não oferece a preparação necessária para atuar nessa área tão peculiar. Quando contratados, os professores costumam receber apenas orientações superficiais, sem muito detalhamento para atender às demandas desses indivíduos.

Ademais o autor afirma ainda que os presídios costumam contar com equipes formadas por diversos profissionais. No entanto, muitas vezes falta uma integração multiprofissional e o interesse comum em discutir os principais problemas, resultando em um trabalho isolado e sem comunicação entre as áreas de saúde, psicologia, assistência social, educação e administração (Andriola, 2013).

Diante o exposto, nota-se que a educação escolar dentro dos presídios tem um papel importante, no entanto é negligenciada ou pouco valorizada. Apesar disso, o docente que se propõe a lecionar em penitenciárias precisa atentar para as demandas dos alunos e sempre questionar o que pode ser feito para contribuir com o processo de formação do indivíduo preso. É importante para os apenados terem a figura do professor como alguém em quem possam confiar, para que se abram ao diálogo e vislumbrem outras possibilidades de viverem seus sonhos, resolvam conflitos dentro de si e ainda possam recuperar sua autoconfiança, valores e melhores possibilidades de ressocialização.

Metodologia

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa por não envolver cálculos estatísticos na análise do problema elaborado, contudo busca compreender situações e sujeitos envolvidos. É considerada qualitativa, porque

Objetiva obter uma compreensão particular do objeto que investiga. Como focaliza sua atenção no específico, no peculiar, seu interesse não é explicar, mas compreender os fenômenos que estuda dentro do contexto em que aparecem (Marconi e Lakatos, 2022, p. 298).

Ainda em se tratando da pesquisa qualitativa é composta por duas fases, a coleta de dados e a análise e interpretação desses dados, por parte do pesquisador na busca de resultados

mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano (Marconi e Lakatos, 2022).

A respeito da finalidade da pesquisa caracteriza-se como aplicada, pois segundo Marconi e Lakatos (2022), seu interesse é prático, ou seja, seus resultados devem ser aplicados ou utilizados na solução de problemas específicos.

Quanto ao nível, é uma pesquisa descritiva. De acordo com Marconi e Lakatos (2022, p. 297), esta tem como objetivo, “[...] descrever as características de uma população, ou identificar relações entre variáveis. Nesse caso, são comuns as pesquisas que investigam características de um grupo, considerando idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível socioeconômico”.

É também uma pesquisa explicativa, pois segundo Marconi e Lakatos (2022), busca explicar os fatores que estão ocultos em determinados fatos ou contextos, utilizando-se para isso da observação não participante de tais fatos e ocorrências.

Quanto aos procedimentos, este estudo classifica-se como uma pesquisa de campo, porque de acordo com Marconi e Lakatos (2022), requer o acompanhamento direto por parte do pesquisador, juntamente com observações, análises reflexivas e coleta de dados, com base no grupo social selecionado para a pesquisa.

Define-se por sua natureza, como pesquisa empírica, pois tem como objetivo formular questões ou definir um problema com variadas finalidades, como descrever hipóteses, aproximar o pesquisador do ambiente, fato ou fenômeno que será analisado, esclarecer ou modificar conceitos já formulados pelo pesquisador (Marconi e Lakatos, 2017).

A população desta pesquisa foi composta por professores e especialistas de quatro escolas públicas de ensino que atendem a Educação de Jovens e Adultos-EJA no município de Viçosa- MG. Como fator de inclusão, professores e especialistas de escolas da rede pública que ofertam EJA para indivíduos privados de liberdade, no município de Viçosa, Minas Gerais e como fator de exclusão, as escolas que não ofertam esta modalidade de ensino.

Desse modo, a amostra foi constituída por 10 professores e 2 especialistas (diretora e supervisora escolar) que atendem à demanda de pessoas privadas de liberdade em escola pública estadual. Esta escola funciona em dois endereços: dentro do próprio presídio e o outro em uma instituição de assistência social sem fins lucrativos. A escola, situada dentro do presídio, comporta atualmente 24 alunos e a unidade privada, 18 alunos.

Os instrumentos de pesquisa foram a entrevista semiestruturada e o questionário. De acordo com Marconi e Lakatos (2022, p. 338), o uso da entrevista justifica-se quando, “[...] o pesquisador se põe frente a frente com o investigado e lhe faz algumas perguntas, objetivando

recolher os dados de que precisa para a realização de sua pesquisa.” Quanto ao questionário, Marconi e Lakatos (2022) explicam que deve ser composto por um conjunto de questões objetivas direcionadas aos sujeitos da pesquisa a fim de obter dados mais específicos.

Neste contexto, a metodologia foi implantada por duas etapas: primeiro, um contato com a direção e coordenação pedagógica da escola de maneira remota através do *Google Meet*, na tentativa de se obter dados referentes ao funcionamento do programa de educação para privados de liberdade no município. Em seguida, foi solicitada autorização por escrito para realização da pesquisa.

Após a submissão do Projeto à Plataforma Brasil e de posse de todos os documentos exigidos, dentre eles a autorização para realizar a pesquisa na escola que atende ao público prisional, o questionário foi direcionado aos professores e a entrevista realizada com a direção e supervisão da escola.

O questionário continha 13 perguntas fechadas e 9 abertas. Foi encaminhado via *link* do *Google Forms* ao *whats app* dos professores sendo solicitados 10 dias para a devolutiva. A entrevista contendo 22 perguntas, direcionada à diretora e supervisora da instituição, foi realizada através do *Google Meet*. O Termo de Consentimento Livre Esclarecido, foi enviado para o *whats app* dos informantes antes da aplicação dos instrumentos de pesquisa.

Após a coleta dos dados, estes foram compilados e analisados com base no referencial teórico escolhido para este estudo. Os resultados serão divulgados em eventos acadêmicos e revistas científicas no intuito de colaborar com a formação de futuros professores.

Este artigo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, através da Plataforma Brasil, sendo respeitados os procedimentos bioéticos, propostos pela Comissão Nacional de Saúde (Resolução nº 466 de 12-12-2012 – CNS/MS).

1. Resultados e Discussão

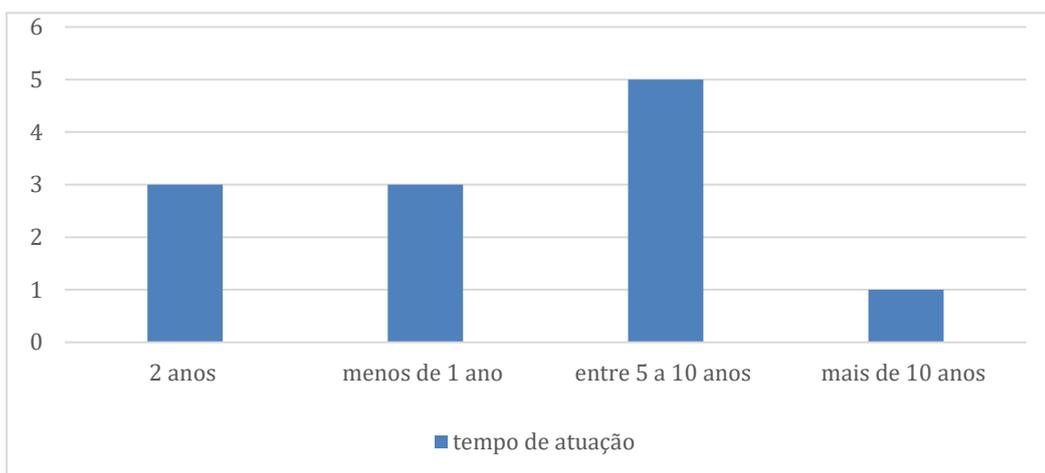
1.1 Universo da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada no município de Viçosa, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais. A população desta cidade é de 79.910 habitantes, segundo os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021). A educação é ofertada pelas escolas das redes municipal, estadual, federal e privadas. Trata-se de uma cidade tradicionalmente universitária, sendo sede da Universidade Federal de Viçosa – UFV.

1.2 Tempo de atuação dos participantes

A partir do gráfico abaixo, é possível visualizar a quanto tempo os sujeitos da pesquisa atuam nesta modalidade de ensino.

Figura 1 - Tempo de atuação na EJA para pessoas privadas de liberdade



Fonte: Pesquisa (2024).

Foi indagado aos participantes se era necessária alguma formação específica, capacitação ou treinamento para dar início ao trabalho no presídio. Todos os professores responderam que não. Este dado corrobora com o apontamento de Andriola (2013), quando afirma que o há um considerável despreparo entre os educadores que atuam com pessoas privadas de liberdade.

1.3 Sob a ótica dos gestores escolares

Nota-se que fazer gestão escolar em um ambiente onde as pessoas chegam marcadas pela exclusão é uma tarefa complexa que exige sensibilidade, firmeza e um olhar atento. Isto foi percebido através dos dados coletados nesta pesquisa junto à gestão da escola. Ao questionar sobre as dificuldades do trabalho exercido na educação prisional, a diretora afirmou que “[...] falta um currículo voltado para a EJA prisional, [...] os recursos [são] precários, [...] falta material adaptado para trabalhar com privados de liberdade, infraestrutura [não é] adequada e faltam professores capacitados para atuarem neste contexto.”

Coadunando com estes dados, Onofre (2007, p. 141) afirma que “[...] não possuir um projeto educativo, além de inviabilizar um programa que se diferencie dos demais, não respeitando as especificidades da prisão, prejudica muito os alunos, sujeitos da educação.”

Assim, pode-se dizer que a falta de um currículo e também de profissionais capacitados limitam a capacidade da educação de promover a ressocialização e a reintegração social.

Considerando as condições descritas, as metodologias utilizadas pelos professores para lecionarem no ambiente carcerário são limitadas. A respeito disso a supervisora apontou que *“Não existe material específico para a EJA prisional. Os livros que a escola utiliza são doados por outras escolas.”* Afirmou também que *“Os professores criam a própria súmula¹ para lecionarem na escola.”* Confirmando o que foi apresentado, Onofre (2007) também diz que livros infantis são frequentemente usados no processo de alfabetização de adultos em situação de cárcere. Ademais, os recursos disponíveis são geralmente limitados, incluindo a falta de espaços adequados para as aulas, materiais didáticos e equipamentos escolares.

Ainda sobre os profissionais que atuam na educação de pessoas privadas de liberdade, a direção e a gestora enfatizaram a necessidade de compor o quadro de magistério da escola, através de concurso público, para efetivar funcionários e dessa forma evitar rupturas no processo de ensino. Esta situação pode ser melhorada através da integração multiprofissional, tanto de professores quanto de especialistas. Sobre este aspecto, Andriola (2013) diz que falta uma integração multiprofissional e, sobretudo, interesse comum em discutir os principais problemas dentro do cárcere. Esta atribuição é da instituição escolar e do Estado, uma vez que este pode elaborar as políticas públicas e as leis e fazer boa gestão de programas educacionais.

Ao serem questionadas sobre os programas educacionais que contemplem os reeducandos do presídio, a diretora disse que *“A educação como um todo, muitas vezes é sucateada, não só [em relação ao] público da EJA prisional. Falta, por parte da equipe governamental, investir em cursos superiores e formação continuada, para que os professores estejam capacitados para lecionar nesta modalidade.”*

Notadamente, o investimento em políticas educacionais que contemplem os detentos também é essencial para reduzir a reincidência criminal. Corroborando com esta ideia, Assis (2007) explica que a principal solução para o problema da reincidência passa pela adoção de uma política de apoio ao privado de liberdade, pois, o detento desassistido continuará sendo um criminoso recidivante. Quando o governo prioriza essas políticas, assegura o direito à educação criando condições para que indivíduos privados de liberdade possam reconstruir e transformar suas histórias e trajetórias.

Foram questionadas também se consideram a educação um instrumento essencial para a reinserção dos presos dentro da comunidade. Os entrevistados afirmaram que *“[...] a luta*

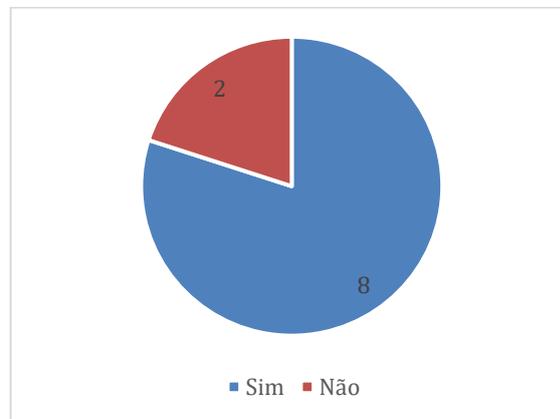
¹ Súmula: resumo, síntese clara que contém o essencial de alguma coisa; breve sinopse.

deve ser constante. Ainda falta muito para alcançarmos o ideal, mas a educação prisional deve ter sempre o objetivo de educação para ressocialização.”. Este reconhecimento por parte da equipe pedagógica, cria condições mais favoráveis para a realização das atividades pedagógicas, contribuindo diretamente para a motivação dos alunos. Segundo a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), a educação é um direito do preso e um meio de assegurar sua reintegração social. O envolvimento dos funcionários (professores, gestores, supervisores) no cumprimento desse objetivo fortalece a conexão entre educação e ressocialização, tornando o sistema prisional mais justo e eficiente.

1.4 Educar na prisão: a percepção dos professores

A atuação do pedagogo dentro do sistema prisional traz contribuições significativas na vida das pessoas privadas de liberdade e isto foi identificado nesta pesquisa. Foi questionado aos professores se eles enfrentam dificuldades para ofertar uma educação de qualidade aos detentos, obtendo os seguintes dados:

Figura 2 - Dificuldades para lecionar no cárcere.



Fonte: Pesquisa (2024).

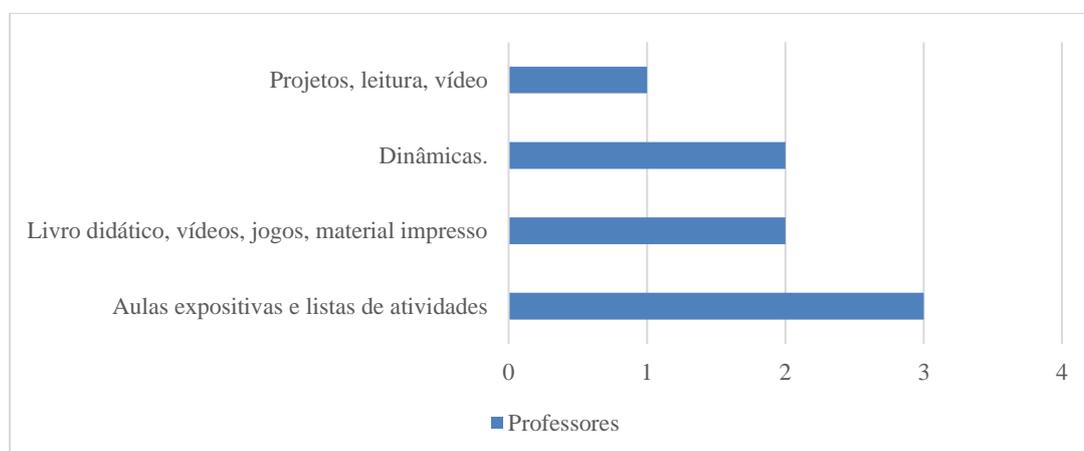
Tanto os professores que responderam ter dificuldades para lecionar no cárcere, como aqueles que responderam não tê-las, descreveram no questionário algumas limitações. Dentre elas P1² afirmou que a limitação seria a *“Falta de material, apoio do governo.”* P2: *“Espaço físico e material.”* são suas maiores dificuldades e P3: *“O estudante não ter acesso aos materiais didáticos”* é o maior desafio. Ao analisar a totalidade de respostas, observou-se que

² Para manter o sigilo dos participantes, optou-se nesta pesquisa em identificar os professores como P1 (referindo-se ao Professor 1), P2 (referindo-se ao segundo professor respondente do questionário) e assim sucessivamente.

para a equipe docente o principal desafio para ofertar uma educação de qualidade aos reeducandos é, de fato, a falta de material e infraestrutura adequada. Sobre estas afirmações, Onofre (2007) apresenta uma análise explicando que uma parcela das atividades educacionais é realizada de maneira inadequada, com falta de recursos materiais e em locais adaptados de forma improvisada.

Uma sondagem foi feita com os professores a respeito das metodologias utilizadas nas suas aulas no presídio. Ao pensar em estratégias para atuar no contexto prisional é necessário ter como foco a inclusão social, a redução da reincidência e a valorização do indivíduo privado de liberdade. É possível verificar abaixo quais são as metodologias mais utilizadas pela equipe docente.

Figura 3 - Metodologias utilizadas por professores que trabalham dentro dos presídios.



Fonte: Pesquisa (2024).

Para além dos dados apresentados, foi possível constatar ainda que alguns educadores focam em práticas mais contextualizadas e significativas para os alunos, de forma que os conteúdos devem estar relacionados ao cotidiano e à realidade dos detentos, abordando temas que estimulem a cidadania, a ética e a reflexão sobre a ressocialização. A este respeito, o relato de duas professoras demonstra que essas metodologias podem ser adaptadas no contexto prisional. P4 apontou que: *“Busco entender como eram as realidades dos alunos antes [da prisão] e fazer aproximações em cima das experiências por eles vividas.* “Outrossim, P7 afirmou que utiliza *“Aulas mais voltadas à realidade deles, buscando sempre o conhecimento prévio”*.

Considerando as particularidades de uma instituição de ensino dentro do presídio, as metodologias para lecionar também devem ser adaptadas. Corroborando com esta ideia, Augusto (2024), enfatiza que diante deste desafio, o educador deve procurar estratégias

inovadoras que captem o interesse do aluno, promovendo uma transformação na maneira como o detento enxerga sua própria trajetória.

A respeito dos recursos e condições em que trabalham os docentes, P8 apontou que os recursos são *“Precários, o governo se importa pouco com a EJA e menos ainda com o sistema prisional.”* P9 descreveu que *“Os recursos são limitados. Os estudantes têm interesse, mas apresentam bastantes dificuldades, como o fato de a escola não receber livros didáticos”*. P10 afirmou que: *“Enfrento condições precárias, como a disponibilidade de livros desatualizados.”*

A partir da análise dessas afirmações, evidencia-se que os recursos nesta modalidade de educação, muitas vezes são escassos e os docentes têm sua prática limitada às condições disponíveis na escola.

Os programas educacionais promovidos pelo governo têm importância estratégica, pois oferecem aos detentos oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, muitas vezes negadas antes da reclusão. Na perspectiva de Andriola (2013), o Estado brasileiro não prioriza iniciativas educacionais voltadas para o Sistema Prisional. Validando esta afirmação, em se tratando de programas do governo que apoiam a educação de indivíduos privados de liberdade, no Brasil, a totalidade de professores afirmou que não conhece nenhum programa pedagógico direcionado pelo poder público para atender especificamente aos detentos. Destacaram também que desconhecem qualquer programa governamental que contemple a população carcerária no município de Viçosa-MG. Embora existam políticas e leis que garantam o direito à educação para os presos, como a Lei de Execução Penal (LEP), o artigo 41 estabelece a obrigação de proporcionar ensino adequado aos detentos. Entretanto essa modalidade é frequentemente negligenciada pelo Estado. A este respeito foi perguntado aos docentes se eles acreditavam que a educação de indivíduos privados de liberdade é negligenciada pelo governo e pela sociedade e foi obtido o seguinte resultado:

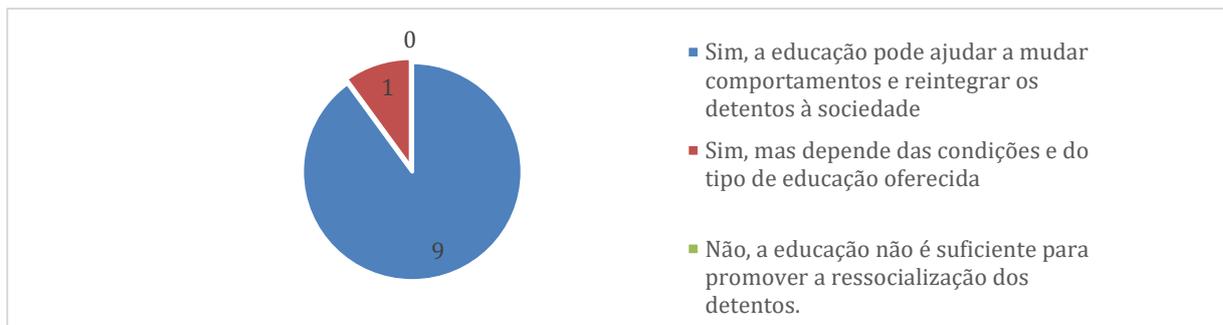
Figura 4 - Opinião dos professores sobre a negligência do Governo, sobre a educação de pessoas privadas de liberdade



Fonte: Pesquisa (2024).

Para que a educação ofertada aos reeducandos seja de qualidade, é primordial que os professores reconheçam o processo educacional como instrumento para a reinserção dos privados de liberdade dentro da comunidade. Para isso, foi indagado aos docentes se eles acreditavam que a educação fosse capaz de promover a ressocialização dos detentos. Obtendo-se os seguintes dados:

Figura 5 - Educação como instrumento de ressocialização



Fonte: Pesquisa (2024).

Nota-se que a maioria dos professores, acredita no potencial transformador da educação para a realidade dos presos. Entretanto, a resposta de um dos docentes que destacou a dependência do contexto em que a educação é ofertada chama atenção para uma questão relevante. Isso indica que, embora a educação tenha potencial para transformar, sua efetividade está diretamente ligada às condições em que é implementada.

Verifica-se ainda que além de acreditarem que a educação pode transformar a realidade dos detentos, os professores elencaram pontos positivos em sua atuação no cárcere, bem como

o seu trabalho é essencial para a ressocialização dos detentos. P6 afirmou: “*Poder entender melhor a realidade dessas pessoas e conseguir mudar a vida delas por meio da educação, oferecendo suportes essenciais como alternativa para reinserção na sociedade é o que faz valer a pena.*”. Outrossim, P9 disse que: “*A satisfação de contribuir para a ressocialização de pessoas privadas de liberdade e sua reintegração à sociedade é muito grande.*”.

Em consonância com a fala desses professores, Onofre (2007) destaca a importância de os funcionários da instituição carcerária reconhecerem o valor significativo da educação, apontando-a como um meio essencial para promover a readaptação dos indivíduos encarcerados e facilitar sua reintegração na vida em comunidade.

1.5 Entre os muros da prisão: desafios e possibilidades

Ao analisar a fala dos professores, direção e supervisão da escola, é possível evidenciar que a falta de um currículo direcionado à EJA prisional é um dos principais desafios para lecionar nesta modalidade de ensino. Com a falta de uma base curricular, cabe aos professores fazer adaptação do material que é levado para sala de aula. Perguntado aos professores se adaptam o material à necessidade e especificidade dos estudantes no cárcere, foi possível obter os seguintes dados:

Figura 6 - Adaptação de material



Fonte: Pesquisa (2024).

Complementando a indagação anterior, a grande parte dos docentes respondeu que além de adaptar o material, também buscam sempre desenvolver projetos com os internos do presídio. Um deles, é o *Projeto Carreiras*. P3 explicou como a proposta tem sido trabalhada em sala de aula: “*Atualmente, estou lecionando a disciplina 'Projeto de Vida', na qual investigo as*

profissões que os alunos pretendem seguir no futuro. Com base nessa investigação, realizaremos o projeto 'Carreiras', que contará com a participação de diversos palestrantes compartilhando suas experiências e informações sobre suas áreas de atuação.”. Projetos como este fazem a diferença no contexto prisional, porque dão aos indivíduos privados de liberdade a possibilidade de projetarem o seu futuro, incentivando-os a continuar estudando para transformar a sua realidade.

Os docentes também afirmam que percebem mudanças no comportamento dos reeducandos ao ingressarem nas aulas. Sobre este aspecto, P2 afirmou que: *“Alguns alunos se mostram determinados a seguir um caminho acadêmico como forma de sair da criminalidade.”*. De maneira semelhante, P5 argumenta que, depois de começar a estudar, os internos *“[...] começaram a refletir sobre como vão agir após ganhar liberdade, fazer planos de carreira.”*. Essas percepções apontam que, quando o indivíduo privado de liberdade reconhece o potencial transformador da educação, amplia de forma considerável sua capacidade de dar continuidade aos estudos e de buscar sua inserção no mercado de trabalho, fortalecendo, assim, seu processo de reintegração social.

Atualmente os professores não recebem nenhum tipo de amparo, acompanhamento ou orientação específica para atuarem na educação de jovens e adultos privados de liberdade, o que para eles também é uma grande dificuldade, devido às características desafiadoras desse trabalho. A este respeito P7 destacou que recebeu *“[...] apenas os ‘conselhos’ da equipe veterana que acolhe e ampara.”*. Sem um direcionamento adequado, os professores podem se sentir inseguros ou despreparados para lidar com as particularidades dos internos, como traumas, baixa escolaridade ou resistência inicial ao aprendizado, impactando diretamente na qualidade da educação que será ofertada aos detentos.

Confirmando as afirmações dos docentes, Onofre (2007) explica que as iniciativas educacionais, no âmbito prisional, têm sido realizadas sem planejamento estruturado ou acompanhamento que lhes ofereça direcionamento consistente. Essas ações frequentemente ocorrem de maneira improvisada, em espaços inadequados.

Ademais, cabe ressaltar que lecionar no ambiente prisional é uma experiência marcada por inúmeras possibilidades e desafios. Por um lado, os professores têm a oportunidade de contribuir diretamente para a transformação da realidade dos internos, promovendo não apenas o aprendizado, mas também o resgate da autoestima, o desenvolvimento de habilidades e a construção de novos projetos de vida. Por outro lado, os desafios enfrentados nesse contexto são expressivos e exigem dos professores sensibilidade, preparo e resiliência.

Considerações Finais

Essa pesquisa buscou entender os desafios enfrentados pelos professores ao ofertar uma educação de qualidade capaz de reintegrar indivíduos privados de liberdade. Sendo assim verificou-se que os docentes precisam superar muitas dificuldades ao exercerem sua profissão dentro do cárcere.

Para responder ao problema da pesquisa, os objetivos foram: identificar as dificuldades que comprometem o desempenho do trabalho exercido pelos docentes que lecionam para indivíduos privados da liberdade, registrar as metodologias utilizadas por professores que trabalham dentro dos presídios; descrever os recursos e condições em que trabalham os educadores dentro do cárcere; refletir sobre os programas educacionais do governo que contemplem os presidiários no Brasil e pontuar a importância do pedagogo e a equipe carcerária reconhecerem o processo educacional como instrumento para a reinserção dos presos dentro da comunidade.

O estudo permitiu concluir que o contexto prisional tem suas particularidades e para ofertar uma educação de qualidade, os professores precisam superar questões como a falta de material didático, recursos adaptados e um currículo voltado ao contexto prisional. Além disso, atualmente, não existe uma capacitação adequada ou treinamento para os docentes atuarem. Devido a essas condições, vale ressaltar que os professores precisam adaptar suas metodologias de acordo com a realidade dos internos, e recursos ofertados pela instituição, além da negligência do governo o que também torna a atuação dos docentes um processo mais desafiador.

Desse modo a hipótese inicial foi confirmada, por ter sido possível verificar que, de fato, os professores têm dificuldades para ofertar uma educação de qualidade dentro do cárcere, diante da negligência governamental para com os indivíduos privados de liberdade. A equipe docente afirmou que não existe, atualmente, nenhum programa educacional direcionado pelo poder público que seja voltado para as pessoas privadas de liberdade. Ainda destacaram que desconhecem qualquer programa governamental que contemple a população carcerária no município de Viçosa, bem como no Estado de Minas Gerais ou no Governo Federal.

Espera-se que novas pesquisas sejam realizadas para explicitarem e refletirem sobre as questões que envolvem a atuação do pedagogo no sistema prisional no município Viçosa. Consideram-se importantes essas análises e discussões uma vez que afetam diretamente aqueles que vivem e trabalham neste contexto social. Sugere-se também trabalhar com um ensino

voltado para os propósitos de reinserção social, pois isso contribuirá para que os detentos recuperem os valores que foram perdidos durante o período de isolamento no cárcere.

Referências

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Ações de Formação em EJA nas Prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/h7PxDjyRGDzDhMQrWQKSty/> Acesso em: 18. set. 2024.

ASSIS, Rafael Damaceno de. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Revista CEJ**, p. 74-78, 11. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/949>. Acesso em: 10 mai. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 abr.de 2023.

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de execução penal, 1984**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 07.jun. 2023.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 210-224.

IBGE. Panorama: Viçosa. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uba/panorama>. Acesso em: 10 mai. 2023.

IBGE. Cidades e Estados: Viçosa. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/uba.html>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4\]!/4/50/1:20\[657%2C-3](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4]!/4/50/1:20[657%2C-3) Acesso em: 10. mai. 2023.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 10 mai. 2023.
ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **A educação escolar entre as grades** [on-line]. São Carlos: EdUFSCar, 2007, 160 p. ISBN: 978-85-7600-368-7. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vk5yj/pdf/onofre-9788576003687.pdf> Acesso em 09.mar.2023. Acesso em: 15 maio 2014.

ORTIZ, Vanessa. Sem lousas e com materiais adaptados, professores lutam para transformar educação prisional em direito. **Terra**.2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/sem-lousas-e-com-materiais-adaptados->

professores-lutam-para-transformar-educacao-prisonal-em-direito,36e199149b91d604fa3660c804e67e4f87c2ik2i.html. Acesso em: 20. set. 2024.

RATKE, Bruna Nogueira Almeida. SOUSA, Celia Camelo de. Os Desafios da Educação Prisional: Relatos de um Observatório. **Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição**, 2016, Vol.2 (1), p.737. Disponível em:

<https://indexlaw.org/index.php/direitopenal/article/view/928> Acesso em: 07. mar. 2023.

SAUER. Adeum Hilário. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

SILVA, Roberto da ; MOREIRA, Fábio. O projeto político-pedagógico para a educação em prisões. *In*: IRELAND, Timothy Denis (org.). **Em aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 89-103, nov. 2011. Disponível

em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2718/2456>. Acesso em: 28 maio 2023.

ANEXO I

Questionário: Enviado pelo Google Forms (<https://forms.gle/aaFBJDzjeFgR6UuS6>)

Os desafios enfrentados pelos professores frente a uma proposta de reintegrar pela educação pessoas privadas de liberdade no município de Viçosa -MG"

1. Insira seu e-mail: _____
2. Informe seu nome (esses dados não serão divulgados): _____
3. Há quanto tempo atua como docente? _____
4. Descreva qual a sua formação acadêmica (graduação e pós graduação, cursos de capacitação, etc.) _____
5. Você possui alguma dificuldade que comprometa o seu trabalho dentro do cárcere atualmente?
 Sim
 Não
6. Quais são as maiores dificuldades para ofertar aos privados de liberdade uma educação de qualidade? _____
7. Você faz alguma adaptação no material que é utilizado para lecionar aos indivíduos privados de liberdade?
 Sim
 Às vezes
 Não
8. Quais são as metodologias e estratégias que você adota, para ministrar as aulas aos privados de liberdade? _____
9. Existem fóruns, debates, seminários, eventos onde as experiências com a educação no cárcere sejam discutidas e refletidas?
 Sim, frequentemente
 Sim, às vezes
 Não
10. Os detentos se envolvem e gostam de participar das aulas?
 Sim, todos participam
 Alguns participam
 Não
11. Existem projetos sendo desenvolvidos com os detentos atualmente?
 Sim

Não

11.1 Se sim, poderia informar qual (quais) projeto (projetos) e qual a relação dele (deles) com seu componente curricular? _____

12. Quais recursos ou ferramentas você considera essenciais para o seu trabalho?

13. Como você avalia os recursos disponíveis e as condições de ensino e aprendizado em seu ambiente de trabalho? _____

14. Atualmente o município de Viçosa é contemplado por algum programa do governo que beneficie a educação de pessoas privadas de liberdade?

Sim

Não

15. Quais programas do governo você conhece que apoiam a educação de pessoas privadas de liberdade? _____

16. Quais os benefícios em lecionar para pessoas dentro do cárcere? _____

17. Você acredita que a educação é capaz de promover a ressocialização dos detentos?

Sim, a educação pode ajudar a mudar comportamentos e reintegrar os detentos à sociedade.

Sim, mas depende das condições e do tipo de educação oferecida.

Não, a educação não é suficiente para promover a ressocialização dos detentos.

18. Você percebe mudanças nos alunos após ingressarem nas aulas? Se sim, quais?

19. Você acredita que a educação para detentos é negligenciada pelo governo e pela sociedade?

Sim, pois há poucos investimentos e interesse nesse tipo de educação.

Sim, em parte mas acho que existem algumas iniciativas para melhorar.

Não, acredito que há um esforço suficiente para educar os detentos.

20. Existe algum treinamento, capacitação, formação específica para iniciar o trabalho como docente no cárcere?

Sim, capacitação

Sim, formação específica

Sim, treinamentos

Não

21. Existe algum tipo de amparo, acompanhamento ou orientação específicos aos profissionais que atuam na educação do cárcere? _____

22. Você realiza, frequentemente cursos de formação, palestras, que enriquecem o seu conhecimento para lecionar dentro do cárcere? _____

23. Possuem algum material específico voltado ao público atendido pela escola?

24. Você tem medo de trabalhar no ambiente carcerário? _____

ANEXO II

Entrevista Semiestruturada realizada através do *Google Meet*

1. Quais são as maiores dificuldades que a comunidade escolar enfrenta para ofertar aos privados de liberdade, uma educação de qualidade?
2. Quais são os principais objetivos educacionais da escola dentro do presídio?
3. Como a escola lida com questões de disciplina e comportamento dos alunos?
4. Como é estruturado o currículo escolar? Existem adaptações para o contexto dos alunos?
5. Vocês fazem alguma adaptação no material que é utilizado para lecionar aos presos?
6. Quais são os níveis de ensino oferecidos?
7. Qual é a taxa de frequência e conclusão dos alunos?
8. Qual é o perfil dos alunos que frequentam a escola?
9. Existe algum projeto que vem sendo trabalhado com eles atualmente?
10. Existe algum projeto que vem sendo trabalhado com eles atualmente?
11. Que recursos ou ferramentas você considera essenciais para o seu trabalho?
12. como você avalia as condições de ensino e aprendizado em seu ambiente de trabalho?
13. Como você descreveria os recursos disponíveis para sua atuação no cárcere?
14. Atualmente, o município de Viçosa é contemplado por algum programa do governo que beneficia a educação de pessoas privadas de liberdade?
15. Quais programas do governo você conhece que apoiam a educação de pessoas privadas de liberdade?
16. Como você percebe a eficácia desses programas na prática?
17. Você acredita que a educação é capaz de promover a ressocialização dos detentos?
18. De que forma o governo apoia a educação de pessoas privadas de liberdade?
19. Você acredita que a educação para detentos é negligenciada pelo governo?
20. Você realiza cursos de formação, palestras, que enriquecem o seu conhecimento para trabalhar nesta modalidade de educação?
21. Existe algum relato, no qual você gostaria de comentar, sobre algum detento que transformou sua realidade por meio da educação?

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
(Atendimento a Resolução 466 de 12/12/2012 do Conselho Nacional de Saúde/MS)

Você está sendo convidado(a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“Os desafios enfrentados pelos professores frente a uma proposta de reintegrar pela educação pessoas privadas de liberdade no município de Viçosa -MG”** a ser realizado pelo curso de graduação em Pedagogia da Faculdade Presidente Antônio Carlos- FUPAC/Ubá.

Neste estudo pretende-se evidenciar as dificuldades enfrentadas pelos professores, numa educação de qualidade capaz de reintegrar os privados de liberdade no município de Viçosa.

Justifica-se esta pesquisa devido a imprescindibilidade de ressaltar a educação no cárcere como um importante instrumento para a transformação social pois contribui para a reinserção dos presos na sociedade.

Para este estudo serão adotados os seguintes procedimentos: uma entrevista semiestruturada, realizada através do *Google Meet* com a diretora e supervisora da E. E. Cid Batista e com a diretora da APAC. Estas escolas ofertam a educação no cárcere no município de Viçosa-MG. Será enviado aos professores das duas escolas um questionário através do *whatsapp* e elaborado no *Google Forms*.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar, estando o(s) telefone(s) (32) 98454-5013 e e-mail luarosamoreira2409@gmail.com da pesquisadora Luana Rosa Moreira e do orientador, prof. Gilson Soares Toledo, tel: 32 988868394 e e-mail gilson.soares.toledo@gmail.com à sua disposição para comunicar qualquer dúvida ou desistência de participação;

Dentro desta premissa, todos os participantes são absolutamente livres para, a qualquer momento, negar o seu consentimento ou abandonar o programa se assim o desejar, sem que isto provoque qualquer tipo de penalização;

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador;

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo;

Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar desse estudo;

Durante a realização do teste não há possibilidade de ocorrerem problemas, riscos ou desconforto devido à intervenção do pesquisador;

Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa;

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada;

Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão;

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável, por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos;

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de identidade _____, após a leitura do presente Termo, e estando de posse de minha plenitude mental e legal, ou da tutela legalmente estabelecida sobre o participante da pesquisa, declaro expressamente que entendi o propósito do referido estudo e, estando em perfeitas condições de participação, dou meu consentimento para participar livremente do mesmo.

Assinatura do(a) Participante

Luana Rosa Moreira
luarosamoreira2409@gmail.com
Aluna pesquisadora

Gilson Soares Toledo
gilson.soares.toledo@gmail.com
Professor Orientador

Ubá-MG, 15 de outubro de 2024.

Pesquisador responsável: Gilson Soares Toledo

Endereço: Rua Professor Antero Barroso, n.120, B. Jardim Glória, Ubá – Mg, CEP: 36500152

Contato: (32)98886-8394

E-mail: gilson.soares.toledo@gmail.com

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o: **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do UNIFAGOC – CEP/UNIFAGOC**

Rua Doutor Adjalme da Silva Botelho, nº 20, sala 100/01 campus UNIFAGOC, bairro Seminário.

Contato: (32) 3539 5600 ramais: 287

E-mail: cep@unifagoc.edu.br